Desenvolvimento sustentável: a (des)organização do consumo na mente dos indivíduos no modo de produção capitalista

ESTEVAN RODRIGUES LISKA*

Resumo: Explora-se neste artigo a ligação do termo desenvolvimento sustentável com as novas práticas e formas culturais de consumo, considerando o surgimento de uma prática de descartabilidade e/ou certa obsolescência programa das mercadorias. Dessa forma, o papel do consumo e a manipulação de opiniões e gostos, a partir da construção de novos sistemas de signos e imagens, têm apontado o emprego do discurso de desenvolvimento sustentável dentro do sistema capitalista para "remediação" dos problemas ambientais. No entanto, a ideia aqui levantada é a de que a *acumulação exponencial sem fim* (HARVEY, 2014) do capital se pautará numa nova captura de renda sobre os países pobres. Trata-se da imposição, por meio de normas ambientais, de novas inovações nos meios de produção e nas mercadorias que privilegiem a menor degradação do meio ambiente, mas que, por outro lado, países pobres não têm volumes grandes de capital acumulado, o que "obriga" a burguesia e os Estados nacionais a se endividarem na compra desses novos meios de produção. Daí o problema do discurso e da defesa do desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Consumo; desenvolvimento sustentável; dependência; identidade; inovação.

Sustainable development: ordening / disordening of the concept of consumption in the mind of individuals in the capitalist production mode

Abstract: The article explores the link between the term sustainable development and the new cultural practices and forms of consumption, considering the emergence of a practice of disposability and / or some planned obsolescence of the goods. Thus, the role of consumption and the manipulation of opinions and tastes, from the construction of new systems of signs and images, have pointed to the use of the discourse of sustainable development within the capitalist system for the "remediation" of environmental problems. However, the idea raised here is that the endless exponential accumulation (HARVEY, 2014) of capital will be based on a new catch of income on poor countries. This involves the imposition, through environmental standards, of new innovations in the means of production and commodities that favor the least degradation of the environment, but that, on the other hand, poor countries do not have large volumes of accumulated capital, which "obliges" the bourgeoisie and the national states to become indebted in the purchase of these new means of production. From this we have the problem of discourse and the defense of sustainable development in the capitalist mode of production

Key words: Consumption; sustainable development; dependency; identy; innovation.

* **ESTEVAN RODRIGUES LISKA** é mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) na Universidade Federal de Uberlândia. Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio concedido.

Introdução

Diversos autores, como Capra (1996) e Kempf (2010), apresentam novas propostas para um mundo cada vez mais ávido por transformar e consumir os bens materiais que a natureza reserva para a manutenção da vida.

É diante de crises ecológicas e da devastação dos recursos naturais que Capra (1996) e Kempf (2010) propõem romper com o paradigma predominante, que tem como modelo econômico e político o uso cada vez mais perverso sobre a natureza, transformada em valor de troca. Nesse sentido, o sistema capitalista é incapaz de garantir os bens materiais às futuras gerações, sendo apontado que seja necessário romper-se com a lógica do capital e inventar ou propor novos valores sociais antes que um cataclismo ambiental coloque o mundo em uma crise profunda.

Kempf (2010) sustenta que uma oligarquia mantém uma cultura de hiperconsumo para a sociedade e que qualquer proposta que coloque mudanças no cotidiano, como diminuir o consumo de energia e de bens materiais, deve passar pelo crivo de uma mutação cultural para o desprendimento da cultura capitalista, cada vez mais mortífera na garantia pela acumulação exponencial do mais valor.

A questão que está no centro do debate sobre o uso da natureza pelo capital consiste em saber identificar como a cultura individualista opera nos indivíduos, cada vez mais movidos pela competição desenfreada promovida pelo mercado [1] . Tendo isso em mente, procurou-se elaborar a ideia de que o termo desenvolvimento sustentável é uma proposta de inovação para os meios de produção e para as mercadorias, cuja estratégia é manter a acumulação de capital sob controle.

[1] O mercado simplesmente reflete as ações da Divisão Social do Trabalho (Divisão Territorial do Trabalho para Milton Santos), da Vantagem Competitiva para Michael Porter e Vantagem Comparativa Para David Ricardo.

Breve apresentação do conceito de consumo

O conceito de consumo, segundo Campbell et al. (2006, p. 23), está relacionado com a visão ideológica do pesquisador, além das interpretações do grupo social em análise que apresentam diferenças concretas na manipulação, no uso, e na fruição dos bens e serviços etnograficamente sustentados. O consumo tornou-se um campo de investigação complexo, que engloba várias atividades, atores e um conjunto de bens e serviços que não se restringem necessariamente aos providos sob a forma de mercadorias, embora a maioria dos autores tenda a focalizar suas análises apenas nas coisas adquiridas no mercado.

O consumo passa pela questão da moralidade e da cultura, uma vez que, historicamente, os fundamentos da riqueza têm se apoiado no consumo supérfluo. No século XIX, a sociedade de consumo já se estabelecia na França, o luxo e a vontade de consumir eram as preocupações dos moralistas e dos políticos. O paradigma clássico, que perdurou por toda a Idade Média, colocava o Estado como zelador das leis suntuárias, que regulavam os banquetes, as indumentárias e os funerais de seus cidadãos. Assim, coube à investigação científica identificar e criticar ou não o consumo e a produção. Portanto, desde sempre, o interesse pelo consumo esteve imbricado à crítica moral das sociedades.

Do ponto de vista cultural, Campbell et al. (2006, p. 37) destaca que:

> [...] as necessidades básicas são aquelas consideradas legítimas e cujo consumo não nos suscita culpa, pois podem ser justificadas moralmente. As supérfluas, como o próprio nome indica, são dispensáveis e estão associadas ao excesso e ao desejo. Por conseguinte, consumi-las é ilegítimo e requer retóricas justificativas que enobreçam e que diminuam nossa culpa.

O consumo, considerado do ponto de vista cultural e moral, é visto como uma possibilidade de controle das sociedades, uma vez que diferentes grupos utilizam critérios para definir direitos, posturas morais, que lhes conferem distintos mecanismos de poder. Aliás, a classificação de certos segmentos sociais como "pobres" já indica, de fora, para as pessoas que se encontram nessa situação como suas rendas devem ser gastas, quantitativa e qualitativamente. É nesse sentido que Campbell et al. (2006) aponta que as pessoas são rotuladas conforme o consumo, uma vez que o consumo tem significados culturais e morais diferentes, cristalizados sobre determinados bens e práticas sociais que transcendem alguns contextos e acabam por classificar as pessoas por aquilo que elas consomem. Isso significa dizer que cada classe social, por exemplo, tem características particulares de consumo, sendo rotulada pela sociedade conforme o acúmulo de bens materiais. Nesse exemplo, o vir a *ter* ou o *ter*.

Campbell et al. (2006, p. 41) coloca que:

> [...] o importante é fugir de um determinismo moral que, via de regra, não tem respaldo na vida individual das pessoas que febrilmente os praticam, e fazer, de modo permanente, uma reflexão crítica sobre nossas categorias analíticas, encarando de frente algumas questões que se ocultam por trás delas, como: para onde e para quem se destinaria toda e qualquer produção? Como seria a organização social e econômica de um mundo básico para todos e a quem caberia defini-lo sem recorrer ao autoritarismo ou a regimes de força? [...].

Diante disso, a população de baixa renda tem sido estudada e que hoje representa um grande mercado consumidor de mercadorias, porque a ênfase era, até então, nos estratos mais altos de renda da sociedade. Assim, é fundamental explorar as relações entre cultura, consumo e as diversas concepções de pessoa, indivíduo, relações sociais, formas de mediação e comunidades a que o consumo está ligado no mundo contemporâneo.

A identidade e o consumo

Campbell et al. (2006) aponta que o consumismo moderno está ligado com os sentimentos e com as emoções na forma de desejos do que com o uso da razão e com o calculacionismo[2]. Na medida em que o consumo tende a ser individualista, em vez de considerar o público ou o social, essas características fornecem uma conexão explicita com a cultura. Assim, ao contrário das estruturas sociais agrarias e rurais, que consideravam os interesses do grupo ou da comunidade.

[2] Palavra existe em espanhol, não em português. Ela remete para algo a ser mensurado, como, por exemplo, calcular a data da morte ou a data do retorno de Jesus Cristo na Terra, dai a ideia de calculacionismo.

Os indivíduos criam e redefinem suas identidades por meio do consumo, quase sempre expondo seus gostos. Ou seja, o que aconteceu é que a autoridade do "especialista", aquele que dizia o que e na quantidade que deveria ser consumido uma mercadoria, foi rejeitada, sendo agora substituída pela satisfação das necessidades e vontades do consumidor. Assim, hoje prevalece uma epistemologia consumista, no qual a verdade está atrelada à existência de vontades, isto é, mediante o escrutínio do estado emocional interno das pessoas. Logo, o desejo de experimentar o real é maior do que o de saber a verdade[3]. É diante disso que a sociedade atual busca fazer compras como um processo de busca do prazer, ou seja, isso tem mais a ver com o *ser* da pessoa.

Figura 1: Criança saciando sua necessidade básica material: a fome. No entorno da criança há diversas acumulações materiais.

Fonte:
http://1.bp.blogspot.com/NY7FLEUryDQ/VTjCCp9vH0I/AAAAAAABEVg/dMzsORWf_P4/s1600/Geoff-Johnson-Behind-The-Door-8.jpg

[3] Até que ponto os indivíduos estão dispostos a satisfazerem seus desejos e suas necessidades básicas materiais (**Figura 1**)? Abdicar do conhecimento da verdade? É uma questão em aberto.

Portanto, somos socializados numa cultura de consumo e que o ato de fazer compras está intimamente relacionado com o ser, ou seja, com a forma de vontades e desejos das pessoas. É assim que o ato de fazer compras é um meio para se atingir um fim – o prazer ou a realização.

De acordo com Campbell et al. (2006, p. 91), na Economia neoclássica o consumo de produtos pelos indivíduos é racionalizado em termos de custo e utilidade. Na Psicologia em termos das relações psíquicas do consumidor com os produtos, através das biografias individuais. Na Sociologia em termos de distinção social e na Antropologia em termos de padrões culturais.

É diante disso que diversas empresas têm explorado o marketing para projetar novas mercadorias no mercado. Exemplo disso é o plástico, que se não fosse a divulgação comercial no passado, provavelmente não teria adentrado nos hábitos culturais da sociedade. Isso indica que as atitudes em relação aos plásticos têm uma forte relação com a dimensão cultural, porque os consumidores percebem as propriedades objetivas que distinguem os plásticos de outros materiais, daí que um objeto é avaliado pela sua utilidade ou não, do prazer ou a aversão que provoca, da relação entre suas propriedades físicas e a posição social, cultural e temporal do consumidor – *affordance* – (CAMPBELL et al., 2006, p. 104).

Assim, a discussão demonstra que as características das dimensões culturais do consumo podem ser percebidas por meio das atitudes das pessoas com os materiais. É possível compatibilizar certas propriedades objetivas dos materiais com os padrões culturais que fazem essas propriedades terem significados para o consumidor.

O que se percebe é que a cultura determina o ritmo de consumo e comunica o que consumir numa sociedade, grupo ou estrato social, como aponta Campbell et al. (2006, p. 108):

> Cultura e consumo são interligados e indissociáveis, pois o processo de seleção, escolha, aquisição, uso, fruição e descarte de um bem ou serviço ou ainda de uma identidade, só ocorre e faz sentido dentro de um esquema social específico. Ou seja, sistemas de classificação e princípios culturais são regidos dentro de certos limites sociais, históricos e geográficos. Estes ganham tangibilidade através de comportamentos, objetos, bens e serviços. Por meio dela estabelecem-se fronteiras entre grupos e indivíduos.

A perspectiva do consumo aparece na insaciabilidade dos desejos e da perseguição constante da novidade na estrutura do consumismo moderno. Os indivíduos parecem entrever contemporaneamente uma habilidade quase mágica para produzir vontades e desejos. Assim que são satisfeitos e saciados os que antes estiveram em pauta, novos mecanismos de reprodução do consumo aparecem.

A manipulação simbólica no capitalismo traz os gostos e interesses dos consumidores para o centro das ações estratégicas dos empresários, uma vez que o consumo tem seduzido e mobilizado consumidores para o ato da compra. Enfim, pode-se dizer que a esfera do consumo ultrapassa as fronteiras dos territórios.

Sobre o crescimento exponencial sem fim do capital

Harvey (2014) coloca na contradição 15 que a remuneração para o capital aumenta e que esse crescimento assume

a forma de um gráfico exponencial com o passar do tempo. O capital tem buscado taxas de remuneração cada vez mais altas. É cada vez mais emblemático que, considerando o exemplo das proporções de remuneração apontadas pelo autor, por exemplo, se um investimento na década de 1970 rendia cerca de 600 bilhões de dólares, hoje é preciso encontrar canais lucrativos de investimentos na ordem de 3 trilhões de dólares e que daqui a 20 anos, mais ou menos, será preciso taxas de lucros da ordem de 6 trilhões para os investimentos.

O crescimento exponencial e a acumulação sem fim são um problema, dado que cada vez mais teremos maiores números na captura de remunerações por renda, ao invés de lucros ou taxas atrativas de investimentos na produção de coisas materiais, como alimentos, que nos dias atuais já não são tão atrativos de se investir financeiramente, como eram na década de 1970.

A teoria de Malthus, na qual colocava que a taxa de população mundial tende a crescer a um ritmo exponencial ou geométrico, enquanto a produção de alimentos num ritmo aritmético está equivocada. Harvey (2014) coloca que Malthus não se atentou para o progresso tecnológico na agricultura e nem pensou na possibilidade da diminuição demográfica. No entanto, Harvey (2014) trabalha um ponto interessante do pensamento de Malthus: que é colocar para a análise a evolução demográfica com a evolução da acumulação de capital. Nos primeiros momentos da história do capital, o rápido aumento da população ou de uma vasta reserva de trabalho assalariada inexplorada e ainda não urbana, sem dúvida, ajudou a manter uma rápida acumulação de capital (HARVEY, 2014, p. 227), mas que, por outro lado, por exemplo, a taxa de crescimento da economia não tem acompanhado a taxa de desemprego e a taxa de decrescimento da população. A partir disso, Harvey (2014) demonstra que o crescimento da acumulação de capital se apoiará cada vez menos no crescimento demográfico e mais sobre a taxa de desemprego.

Mas, se o capital se apoia no mais valor e na busca por benefícios, qual seria a razão e lógica atual para se obter mais valor sobre o que se tinha no princípio? Harvey (2014) aponta que a resposta está na privatização dos ativos públicos, na retração dos direitos sociais e na participação privada no provimento dos serviços públicos. A acumulação exponencial só se mantém na medida em que o capital vai cada vez mais penetrando na vida social e econômica das pessoas. Por outro lado, mudanças significativas de consumo por parte da população têm sido presenciadas, já que os bens de consumo são cada vez mais projetados com uma certa obsolescência programada.

De acordo com o Harvey (2014, p. 235-236), quando a rentabilidade do investimento nos ativos produtivos caiu na década de 1970 houve a mobilização de capitais para as instituições creditícias, que cederam empréstimos a países do terceiro mundo. Naquele momento, a ideia era que o capital excedente encontraria remunerações superiores aos disponíveis no mercado, Harvey (2014) denomina esse capital rentista de classe parasitária. Qual então o perigo dessa contradição para a sociedade? Harvey (2014) aponta que os recursos naturais são finitos e que o consumo não pode crescer de forma fictícia ou descolada da realidade de disponibilidade na natureza. Além disso, a

população necessita de bens materiais básicos para a vida. Dado que o capital busca proporções de remuneração cada vez maiores, é tenebroso pensar no abandono de investimentos no capital industrial e o soerguimento da classe parasitária.

A problemática do discurso desenvolvimento sustentável

No século XX, principalmente logo após as guerras mundiais, tem-se observado a expansão do capital sobre vários segmentos das atividades de trabalho. A apropriação cada vez mais acentuada dos meios de produção e a mundialização do capital abrandaram a concorrência das empresas do mercado local para a escala mundial, gerando efeitos negligentes à paisagem, mormente ao geossistema terrestre.

Até o final dos anos 1960, os efeitos ambientais gerados pelo crescimento econômico eram considerados externalidades negativas do processo de expansão dos mercados. Porém, nessa mesma década, as contestações a respeito da degradação do meio ambiente, decorrente do crescimento econômico indiscriminado, ganharam força.

No primeiro grande debate sobre os problemas ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo em 1972, duas posições antagônicas predominavam na pauta de discussões. A tese das soluções técnicas colocava que todo o conhecimento acumulado poderia reverter a degradação ambiental, enquanto a outra declarava que essa relativiza os limites ambientais, isto é, não aborda as questões sobre a pobreza e as disparidades sociais quanto à aquisição de tecnologias restauradoras ou conservadoras ao meio ambiente pelos países do terceiro mundo.

Segundo a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) de 1988, o conceito desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades, mas sem levar em ponderação que o capital está em crescimento exponencial. Como satisfazer as necessidades futuras, sendo que o agronegócio e até mesmo as agriculturas familiares estão conectadas, mesmo que indiretamente, à rede mundial de circulação do capital?

Resultados da Conferência do Rio de Janeiro têm demonstrado a ineficácia entre dirigentes de Estados em separar crescimento econômico da proteção do meio ambiente. A consequência da conferência foram duas palavras mágicas que soaram com bons timbres aos países do primeiro mundo – desenvolvimento sustentável -, porque esses dispõem de capacidades elementares à produção de tecnologias que diminuem o efeito da degradação no meio ambiente.

Assim, é iminente que uma nova dependência econômica entre países do terceiro mundo[4], aqueles que não dispõem de tecnologias e conhecimentos para gerar pós

[4] Sachs (2008) coloca como “Países Menos Desenvolvidos” (PMD´s), que são relacionados à baixa renda, escassez de recursos humanos e vulnerabilidade econômica. "Os PMD´s devem formular estratégias nacionais de desenvolvimento baseadas no conceito de desenvolvimento a partir de dentro, socialmente includente, ambientalmente sustentável e sustentado e que eles devem começar a adotar estratégias para fugir da armadilha da pobreza: 1) diminuição da dívida externa; 2) controle internacional sobre os fluxos de capitais; 3) comércio equitativo; 4) atingimento da meta dos 0,7% dos países ricos para ajuda aos PMD´s; 5) acesso à tecnologia e remédios essenciais tratados como bens públicos internacionais e não como commodities; 6) empréstimos de longo prazo para aquisição de equipamentos para novas unidades produtivas pagáveis por uma parcela de exportações adicionais geradas por estas unidades e 7)

tecnologias, e do primeiro mundo venha a se tornar realidade. Existe uma relação muito estreita entre a modernidade e o processo de expansão do capital, quando emergem uma divisão internacional do trabalho, uma desigualdade social e uma dominação do homem sobre a natureza.

A modernização impôs um enorme dano ambiental, estrutural e para as culturas tradicionais (**Figura 2**). Em nome do progresso tem-se assistido à exploração, cada vez mais violenta e degradante, dos recursos naturais.

Figura 2: Desastre ambiental em Mariana – Minas Gerais.

Fonte:
http://jconlineimagem.ne10.uol.com.br/imagem/noticia/2016/03/10/normal/c9f3fca6b55e36bf6c519701a6a4f679.jpg

De modo geral, os estudiosos do desenvolvimento sustentável estão preocupados em identificar estratégias de sustentabilidade, como alternativas à preservação e conservação do meio ambiente, porém se esquecem de que a consciência ecológica será poderosa quando se alterarem hábitos de consumo, provenientes do sistema que prega o consumo como expansão do capital (**Figura 3**).

cooperação científica e técnica Sul-Sul, crucial para se criar uma autoconfiança coletiva e para encontrar soluções aos problemas comuns aos países tropicais" (MACEDO, 2015, p. 565).

Figura 3: Representação de consumo como expansão do capital.

Fonte:
http://2.bp.blogspot.com/-nb6y_Ze2foI/VD5-yP5cg1I/AAAAAAAAEkY/xx-2xYfC-1U/s1600/gorda.jpg

Após 30 anos desde a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente, os desequilíbrios espaciais do desenvolvimento se aprofundaram e a implantação de medidas preventivas ao meio ambiente tem-se diluído em vazios etimológicos.

Dimensões como as desigualdades econômico-sociais entre os Estados viraram retóricas e a exigência por produtos ecologicamente limpos é maior entre os países do primeiro mundo, exigindo uma reestruturação dos meios de produção para o beneficiamento das mercadorias.

Ao analisar o referido pacote tecnológico que a Revolução Verde disponibilizava à agricultura, emprego de sementes melhoradas, insumos químicos e biológicos, por exemplo, condoeu a expansão e qualidade da produtividade em detrimento da intensificação dos processos de degradação da natureza, como contaminação de solos e mananciais.

O desenvolvimento sustentável (**Figura 4**) é uma máscara a novas dependências de tecnologias entre países ricos e países pobres, porque o capital, para a sua ampliação, necessita de constantes atualizações tecnológicas nas

mercadorias para o consumo. Após a crise do sistema fordista de produção em massa e seriada, segundo Harvey (2003), foi preciso um novo (re)ordenamento da economia: a tecnologia constante às mercadorias em contralto à sociedade de consumo.

Figura 4: Representação do conceito desenvolvimento sustentável.

Fonte: https://image.slidesharecdn.com/apresentao12-140326150411-phpapp02/95/desenvolvimento-sustentvel-7-638.jpg?cb=1395846315

As regulamentações de Estados à aquisição de produtos ecologicamente limpos têm levado setores do agronegócio para uma nova dependência, como se constatou na Revolução Verde, de insumos que, além de aumentarem a produtividade, convergem para a adaptação dos meios de produção nas novas exigências do mercado por esses produtos.

Considerações finais

Frente à ineficácia das conferências e a exigência dos países do primeiro mundo por produtos que "respeitem" a natureza, ficou evidente a *abstração*[5] e a imposição por novas tecnologias nos meios de produção e nos produtos finais, resultando em dependências econômicas dos países pobres por demandas que requerem inovações cada vez maiores.

A produção tem determinado o consumo e que as pessoas procuram nos bens e serviços as propriedades simbólicas, como vias de manutenção ou obtenção de um status. De modo geral, as reações das pessoas diante das mercadorias são determinadas tanto por suas propriedades físicas quanto por

[5] Abstração é o conhecimento de uma realidade tal como se oferece à nossa experiência imediata, como algo dado, feito e acabado que apenas classificamos, ordenamos e sistematizamos, sem nunca indagar como tal realidade foi concretamente produzida (CHAUÍ, 1994, p.104).

associações simbólicas. Ou seja, trata-se do desejo insaciável por consumir e que, diante disso, a importância da vida interior tem se realizado.

É necessário programar estímulos à agricultura de pequena escala e resgatar a solidariedade, de maneira que comporte a revitalização dos recursos naturais e a obediência pela ciclagem natural dos compostos minerais – efeito carga e descarga -. Ou seja, não há como haver desenvolvimento sustentável se os imperativos da mercantilização operam sobre os homens alienados pelo dinheiro e deixados valer pela competitividade empresarial. Conclui-se que é preciso explorar a natureza de modo que se alterem as *condições pós fordistas* [6] impostas à sociedade. Além disso, é preciso que os países do terceiro mundo fortaleçam e descubram suas fontes de *competitividade nacional* [7], a fim de explorar a construção de inovações no mercado.

[6] Segundo Harvey (2003), a crise do início dos anos setenta como um período de transição de um padrão de acumulação capitalista rígido (o fordismo e suas forças produtivas) aos novos modos de acumulação do capital (a "acumulação flexível"). Explora a ligação com as novas práticas e formas culturais, considerando: a contribuição das novas tecnologias, o surgimento de uma prática de descartabilidade das coisas, o papel do consumo, da moda e a manipulação de opinião e gosto, a partir da construção de novos sistemas de signos e imagens. O autor tece uma rede de ligações entre estas mudanças ocorridas, o modo como tais trocas se deram e a diversificação dos valores de uma sociedade que, para Harvey, se encontra em vias de fragmentação.

[7] Competitividade nacional significa para Ferreira et al. (2009, p. 119-134) que o Estado tem de atrair investimentos privados por meio de estímulos à inovação, por exemplo. Além disso, coloca que o Estado tem de ser o indutor da competitividade.

Referências

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (orgs.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAPRA, F. **A teia da vida**. Cultrix: São Paulo, 1996.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERREIRA, M. P.; SERRA, F. A. R.; DUARTE, C.; MARQUES, T. Competitividade nacional, conhecimento e investimento estrangeiro**. Revista Future Studies Research Journal**, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 115-141, jul. /dez., 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Ed. Loyola, 2003, 12ª Ed.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalism**. Quito - Equador: Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador (IAEN), 2014, 296 pp.

KEMPF, H. **Como os ricos destroem o planeta**. São Paulo: Globo, 2010.

MACEDO, R. de C. **Revista Campo - Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 562-565, jul., 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Recebido em 2016-10-21
Publicado em 2017-06-07